‘’Gramsci e Veblen: Convergências sobre poder, instituições e dominação no capitalismo”

Eduardo dos Santos Bueno[1]

Resumo

O presente artigo analisa as convergências teóricas entre Antonio Gramsci e Thorstein Veblen na interpretação dos mecanismos de dominação social no capitalismo. Embora inseridos em tradições intelectuais distintas, o marxismo histórico-dialético e o institucionalismo evolucionário, ambos os autores desenvolveram análises que atribuem papel central à cultura, às instituições e outros mecanismos na reprodução das hierarquias sociais. Partindo de uma abordagem teórico-comparativa, o estudo apresenta conceitos de Gramsci e de Veblen, buscando identificar correspondências analíticas entre suas formulações. Argumenta-se que em ambos os casos, a estabilidade da ordem capitalista não depende exclusivamente da coerção econômica ou política, mas da produção de consenso e da internalização de valores socialmente legitimados, que tornam a dominação social culturalmente naturalizada. A análise evidencia que os aparelhos de hegemonia gramscianos e as instituições sociais veblenianas desempenham funções análogas na mediação entre estrutura social e comportamento individual, contribuindo para a legitimação e perpetuação do poder das elites dirigentes. Ao estabelecer um diálogo entre o marxismo de Gramsci e o institucionalismo de Veblen, o artigo propõe uma leitura interdisciplinar das formas e relações de poder no capitalismo, visando enriquecer o campo da economia institucional e destacando a relevância da dimensão cultural e institucional para a compreensão da dominação social no capitalismo.

Palavras-chave: Antonio Gramsci; Thorstein Veblen; hegemonia; instituições; capitalismo.

[1] Doutorando em Economia do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - PPGE/UFRGS. Email: buenoeduardo77@outlook.com

Abstract

This article analyzes the theoretical convergences between Antonio Gramsci and Thorstein Veblen in the interpretation of mechanisms of social domination under capitalism. Although situated within distinct intellectual traditions, historical-dialectical Marxism and evolutionary institutionalism, both authors developed analyses that assign a central role to culture, institutions, and other social mechanisms in the reproduction of social hierarchies. Adopting a theoretical-comparative approach, the study presents key concepts from Gramsci and Veblen, seeking to identify analytical correspondences between their formulations. It is argued that, in both cases, the stability of the capitalist order does not rely exclusively on economic or political coercion, but on the production of consensus and the internalization of socially legitimized values that render social domination culturally naturalized. The analysis demonstrates that Gramscian hegemonic apparatuses and Veblenian social institutions perform analogous functions in mediating between social structure and individual behavior, thereby contributing to the legitimation and perpetuation of elite power. By establishing a dialogue between Gramsci's Marxism and Veblen's institutionalism, the article proposes an interdisciplinary interpretation of forms and relations of power in capitalism, aiming to enrich the field of institutional economics while emphasizing the relevance of cultural and institutional dimensions for understanding social domination in capitalist societies.

Keywords: Antonio Gramsci; Thorstein Veblen; hegemony; institutions; capitalism.

Introdução

As transformações econômicas, políticas e sociais que marcaram o desenvolvimento do capitalismo entre o século XIX e o século XX suscitaram cada vez mais novas interpretações sobre mecanismos de poder e de dominação social. Dois autores que buscaram analisar a complexidade dessas dinâmicas foram Antonio Gramsci e Thorstein Veblen, que embora tenham realizado contribuições originadas de tradições teóricas diferentes, apresentaram significativas convergências de interpretação.

Gramsci, intelectual marxista italiano, elaborou suas reflexões no contexto das lutas políticas europeias e da crise do liberalismo durante o período entre guerras, desenvolvendo diversos conceitos, principalmente a noção de hegemonia como forma de direção política, moral e cultural exercida pela classe dirigente e a necessidade da classe trabalhadora em conquistá-la. Veblen por sua vez, a partir do institucionalismo norte-americano, analisou criticamente os estágios culturais da humanidade, o estabelecimento do ócio e do consumo conspícuo e a formação das elites, evidenciando como os hábitos e instituições reforçam a manutenção da sua dominação sob a classe trabalhadora e da ordem capitalista.

A leitura comparada dos conceitos e das obras de ambos os autores nos permite identificar elementos comuns nas interpretações das formas de dominação social, indo além das análises mecanicistas, economicistas e engendradas em fórmulas reducionistas. Tanto em Veblen quanto em Gramsci, a cultura, as instituições e o domínio de uma classe em relação às outras ocupam papel central na reprodução das hierarquias sociais. Para Gramsci, a hegemonia constitui um processo de conquista e manutenção do consenso que assegura a direção intelectual e moral de uma classe, e já para Veblen, a emulação e os hábitos institucionalizados operam como instrumentos de internalização de valores que estabelecem e perpetuam a supremacia das elites.

Este artigo tem por objetivo apresentar os fundamentos e conceitos centrais das concepções de Gramsci e Veblen, sendo os mais centrais para esta pesquisa, o de hegemonia, instituição, hábitos e emulação. Abordamos suas origens teóricas, desenvolvimentos e implicações na análise e na crítica à sociedade capitalista. A partir de exposições das formulações centrais de cada autor, buscamos evidenciar os pontos de contato e convergência que permitem um diálogo entre as duas perspectivas, contribuindo para uma compreensão mais ampla e aprofundada dos mecanismos de

reprodução do poder e dominação no capitalismo. Ao identificar tais aproximações, pretende-se oferecer subsídios para uma leitura interdisciplinar que enriqueça o campo institucionalista.

O desenvolvimento da teoria Gramsciana

As formulações de Antonio Gramsci acerca da formação do Estado italiano e do desenvolvimento da sua burguesia e do capitalismo são a base das análises do autor nos Cadernos. Entretanto, já nos anos 1920 ele escreveu alguns ensaios e cartas tratando do tema e utilizando dessas formulações que desenvolveria mais para frente. Estes escritos, que seriam compilados futuramente, ficariam conhecidos como A Questão Meridional (1926) são parte importante da obra e da teoria gramsciana. A realidade italiana naquele início do século reproduzia uma relação de forças que teve origem no processo de unificação do país. O sul, mais atrasado e agrário, servia como mercado e mão de obra ao norte industrial. Essa burguesia industrial nortista alinhava-se aos latifundiários do sul, formando assim uma aliança ‘’agrário-industrial’’. Gramsci busca as raízes dessas diferenças de desenvolvimento econômico, afirmando que:

> A nova Itália encontrara em condições absolutamente antiéticas os dois troncos da península, meridional e setentrional, que se reuniam depois de mais de mil anos. A invasão longobarda rompera definitivamente a unidade criada por Roma; no Norte, as Comunas haviam dado um impulso especial à história, enquanto no Sul o reino dos Svevo, dos Angiò, da Espanha e dos Bourbon lhe deram um outro impulso. Em parte, a tradição de uma certa autonomia criara uma burguesia audaz e cheia de iniciativas; e existia uma organização econômica similar à dos outros Estados da Europa, propícia ao ulterior desenvolvimento do capitalismo e da indústria. Na outra, as administrações paternalistas da Espanha e dos Bourbon ada criara: a burguesia não existia, a agricultura era primitiva e não era sequer suficiente para abastecer o mercado local [...] A unificação colocou em íntimo contato as duas partes da península. A centralização bestial confundiu suas exigências e necessidades, e o efeito foi a emigração de todo dinheiro líquido do Sul para o Norte, com o fim de encontrar rendimentos maiores e mais imediatos na indústria, bem como a emigração dos homens para o exterior, a fim de encontrar o trabalho que faltava no próprio país.[2]

Em parte de seus primeiros escritos, Gramsci adota uma linha antiprotecionista, o que fica evidente devido a sua leitura das questões concernentes entre sul e norte. Os latifundiários do sul

[2] GRAMSCI, Antonio. A questão meridional. São Paulo: Editora Paz e Terra, ano 1987, pág. 62.

buscaram através do Estado a seguridade institucional contra qualquer ameaça às suas propriedades. [3] A coexistência de uma burguesia industrial com um setor agrário, que Gramsci caracteriza como ‘’semifeudal’’, era segundo ele devido ao movimento de unificação ter sido levada a cabo pela burguesia em aliança com os latifundiários do sul, impossibilitando a adesão das camadas populares e de um desenvolvimento democrático.[4] Dessa forma, Gramsci compreendia que estes setores das elites do sul e do norte, construíram uma dominação através de uma formação histórica, compreendida não só do aspecto econômico, mas mais complexo e profundo, e que a partir disso criaram uma hegemonia.

É evidente, como Carlos Nelson Coutinho (1981) vai apontar, que neste momento da produção escrita de Gramsci ainda lhe faltava maior elaboração e outros conceitos que serão apresentados futuramente nos Cadernos, ‘’mas a ideia da articulação entre dominação e direção, entre criação do novo Estado proletário e hegemonia, quer dizer, a distinção (na unidade) entre as funções de *dominação* e de *hegemonia* , essa é uma ideia que já aparece em 1926’’.[5] A concepção de hegemonia é fortemente influenciada e semelhante ao da ditadura do proletariado, desenvolvida por Karl Marx e Friederich Engels e posteriormente por Lênin. Neste período onde a revolução russa já havia triunfado, a literatura marxista ganha cada vez mais influência do principal teórico e líder dos bolcheviques. A tomada do Estado, a derrubada da dominação (hegemonia) da burguesia e a consequente substituição por uma dominação (leia-se ditadura) do proletariado, seriam nesta visão ainda partes fundamentais para o sucesso dos comunistas.

Aqui há uma distinção muito clara do ponto de partida das teorias marxista e vebleniana. Veblen criticou a teoria de Marx, negando a teoria do valor-trabalho, assinalando isto como legado dos economistas clássicos. Veblen via no marxismo um determinismo por considerar que o indivíduo seria determinado somente pelas relações materiais. Aliado a isso, apontaria que há uma visão teleológica na concepção da inevitabilidade da revolta dos trabalhadores e da ascensão ao socialismo e posteriormente ao comunismo. Assim, os indivíduos não teriam força de ação em uma sociedade balizada pelo desenvolvimento histórico das forças produtivas. Veblen rejeita toda e qualquer noção de um futuro pré-determinado por condições históricas e econômicas e de que haja qualquer tendência a uma mudança social em favor do proletariado. Logo, a relação indivíduo-sociedade (ou indivíduo-estrutura) é pensada de maneira diferente na visão institucionalista ao que ficaria conhecido na tradição marxista. Gramsci por sua vez, procura dar uma visão mais atenta e ativa ao papel do indivíduo e da relação de suas ações com a sociedade e

[3]COUTINHO, Carlos Nelson**.** Fontes do pensamento político: Gramsci. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Instituto de Relações Internacionais, 2005., pág. 55.
[4] Idem.
[5] Ibidem, pág. 56.

dentro do sistema capitalista. Ele não nega a visão marxista da relação fundamental do indivíduo com as condições históricas, forças produtivas e modo de produção, mas ele assinala a importância da subjetividade e ação ativa do indivíduo nessa relação, sem considerar ele refém da estrutura. Portanto, ele compreende que ‘’o homem deve ser concebido como um bloco histórico de elementos subjetivos e individuais e de elementos de massa e objetivos ou materiais, com os quais o indivíduo está em relação ativa.’’ [6] Gramsci amplia a noção de intelectual, abandonando a concepção mais comum de um grande literato, culto, etc. Para ele ‘’todos homens são intelectuais’’. Ele reforça o papel do indivíduo e dá um novo caráter a noção de intelectual:

> Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um ‘filósofo’, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar.[7]

A hegemonia de Gramsci

Gramsci busca em Lênin como essa capacidade de dominação e principalmente de *direção* pode e deve ser tomada por uma vanguarda revolucionária frente às massas, para que assim uma classe consiga superar a outra. Ou seja, ‘’a hegemonia entra aqui [A Questão Meridional] em estreita relação com a ditadura do proletariado. Pode-se dizer que hegemonia e ditadura do proletariado são sinônimos’’.[8] Entretanto, para Gruppi, ‘’na realidade, se examinarmos bem, veremos uma certa distinção. A hegemonia é a capacidade de direção que fornece à ditadura do proletariado as bases sociais necessárias’’.[9] Portanto, o controle somente através de bases econômicas ou da ‘’tomada violenta do poder’’ não seriam suficientes para o sucesso da revolução socialista. Gramsci nos Cadernos vai além, alertando para a necessidade de manutenção dessa hegemonia:

> Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas

[6] GRAMSCI, Antonio**.** Cadernos do cárcere. v. 1. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p 406.
[7] Idem, p. 7-8.
[8] GRUPPI, Luciano**.** O conceito de hegemonia em Gramsci. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, pág. 58.
[9] Idem, pág. 58.

> mãos torna-se dominante mas deve continuar a ser também dirigente [...] pode e deve haver uma atividade hegemônica antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz.[10]

O que alicerçaria o Estado burguês, seria muito mais complexo do que somente o modo de produção e o aspecto econômico, a realidade material. Não é possível deixarmos de mencionar a relação desta concepção com outros conceitos clássicos do marxismo de estrutura e superestrutura. Embora haja compreensão e interpretações do marxismo que compreendessem que a revolução deveria tão somente ocorrer no terreno da estrutura (econômico) que refletisse na superestrutura (Estado, cultura, Direito, religião, etc), vemos em Gramsci um entendimento diferente, mais complexo e enraizado, levando em conta outros aspectos subjetivos. A superestrutura, para Gramsci, não seria um terreno meramente abstrato de reflexos do modo de produção dominante; ainda ligado intrinsecamente ao primeiro, ela também influenciaria a estrutura e devido às suas relações mútuas e constantes, haveria um enraizamento que necessitaria de uma conquista hegemônica neste plano.

Gramsci atribui papel ativo às superestruturas como arenas de disputa, o que se aproxima sob outra tradição intelectual da análise institucional da dominação presente em Veblen, como veremos mais adiante. Ao valorar outras questões que fogem de uma compreensão economicista, amplia-se o leque de análises e práticas e busca assim uma interpretação que se afaste de uma visão dogmática e fatalista.[11] Para Gramsci ‘’as superestruturas da sociedade civil são como o sistema das trincheiras na guerra moderna’’.[12] Dessa forma, existe uma relação intrínseca entre a coerção e o consenso que se conectam na formação da hegemonia; ou seja, Gramsci entende que a condução e a manutenção de uma classe dominante se dão em ambos aspectos e em igual importância. Ao levantar o aspecto de crise de hegemonia, atenta para o fato de que se se perde o consenso, o que identifica como ‘’ideologias tradicionais’’, a classe dominante perde seu caráter dirigente e agora se mantém pelo aspecto único da dominação, da coerção.[13]

Para Gramsci, coerção e consenso não são conceitos completamente opostos, o que nos leva a contemplar mais profundamente a lógica gramsciana. Ambos coexistem e se conectam numa

---

[10] GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere**.** v. 1. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 63.

[11] No Caderno 11 Gramsci faz duras críticas a Bukharin (dirigente e teórico soviético) e ao seu livro ‘’Teoria do materialismo histórico – Manual popular de sociologia marxista’’ (1921) afirmando que não há possibilidade de compreendermos o marxismo de forma determinista como uma fórmula pronta a ser aplicada. A crítica gramsciana baseia-se contra boa parte da concepção marxista no período, liderada pela União Soviética, de uma noção fatalista de crise do capitalismo. Para o italiano, a obra de Bukharin negava a própria dialética e adotava um tom positivista.

[12] Apud. GRAMSCI, Antonio**.** In.: COUTINHO, Carlos Nelson. Fontes do pensamento político: Gramsci, pág. 77.

[13] Apud. GRAMSCI, Antonio. In.: COUTINHO, Carlos Nelson. Fontes do pensamento político: Gramsci, pág. 198.

relação dialética própria que gera uma síntese: a hegemonia. Portanto, é através da construção da hegemonia que se constrói uma base social que reflete uma ‘’direção moral e intelectual’’ que vai através do consenso inculcar sua dominância nas classes sociais subalternas. Dessa forma, o que Gramsci chama de ‘’aparelhos privados de hegemonia’’ são as instituições sociais que determinam o controle dessa hegemonia por dentro da sociedade, por exemplo as escolas, igrejas e meios de comunicação. A partir disso, se estabelece um complexo aparato ideológico que uniformiza e distribui a hegemonia de uma classe às outras.[14] A coerção por sua vez é também um mecanismo que alimenta o consenso, pois identifica o inimigo a ser combatido e mantém através da violência a hegemonia, mesmo que na falta de um desses aspectos se inicie uma crise da hegemonia. Essa crise abre espaço para a suplementação de uma classe sobre a outra, sendo esse o objetivo de construção da classe operária através do partido comunista para o triunfo da revolução. Essa revolução e essa construção de uma hegemonia perpassam por diversas análises e elaborações a serem feitas a fim de compreender cada questão nacional como própria e particular, sendo necessário um aprofundamento que rechace um mecanicismo ou reproducionismo não dialético. Na definição de Gruppi:

> A hegemonia é isto: determinar os traços específicos de uma condição histórica, de um processo, tornar-se protagonista de reivindicações que são de outros estratos sociais, da solução das mesmas, de modo a unir em torno de si esses estratos, realizando com eles uma aliança na luta contra o capitalismo e, desse modo, isolando o próprio capitalismo.[15]

Podemos ver através da concepção de Gramsci de hegemonia a compreensão de camadas e níveis por dentro da sociedade que superam a visão mecanicista de um marxismo centrado tão somente na esfera econômica. Portanto, a luta deve perpassar os mais variados níveis e agregar as diferenças e contradições que se colocam no seio da sociedade. Logo, é a classe que se coloca como pretendente à hegemonia que deve apresentar soluções e formar uma frente unitária que dê respostas a estas contradições. Ao apontar que ‘’a estrutura e as superestruturas formam um bloco histórico’’[16] ele demonstra que a hegemonia cria esse ‘’bloco histórico’’ com suas contradições e diferenças, e sedimenta sua concepção de mundo. Para Simionatto,

> O conceito de bloco histórico tem sua origem em Georges Sorel, teórico frânces do sindicalismo revolucionário. Gramsci parte dele, mas amplia esta visão, utilizando-a em sentido conjuntural, isto é, bloco histórico tem para ele a noção de

[14] RAMOS, Leonardo César Souza. ***A sociedade civil em tempos de globalização: uma perspectiva neogramsciana***. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Instituto de Relações Internacionais, 2005, p. 28.
[15] GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p. 59.
[16] GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v. 1: Introdução ao estudo da filosofia; A filosofia de Benedetto Croce. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 250.

> articulação entre infra-estrutura e superestrutura, ou de formação social no sentido marxiano. Nas notas sobre a questão meridional, Gramsci emprega esta categoria para indicar as alianças de classe e se refere especialmente ao bloco industrial-agrário. Nos Cadernos ele inclui no conceito de bloco histórico os componentes que Sorel excluiu, ou seja, os intelectuais, o partido, o Estado, bem como o nexo filosófico-histórico entre estrutura e superestrutura[17]

A construção da hegemonia para a classe operária só pode ser feita através do que há de mais moderno no desenvolvimento histórico: o partido. Gramsci identifica no partido político o ‘’Príncipe moderno’’ de Maquiavel, que agora não mais pode ser um indivíduo, mas sim um agrupamento ‘’na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais’’.[18] O moderno príncipe é central para entendermos como Gramsci compreende a realização da hegemonia e por onde se deveria atuar. Para ele, é através do partido que se deve organizar uma ‘’reforma moral e intelectual’’ afim de criar espaço para o desenvolvimento de uma vontade coletiva nacional-popular.

Importante salientar que ele faz estas elaborações partindo de uma análise profunda do caso italiano, do porque não houve uma monarquia absolutista no tempo de Maquiavel, das comunas medievais, do catolicismo, etc. Gramsci entende que a reforma moral e intelectual posta em prática pelo moderno príncipe só se concebe de forma concreta através da reforma econômica; ou seja, a derrubada do capitalismo e a transformação do modo de produção confirmam na prática estas mudanças. O partido aqui se entende como expressão de uma classe social, que pode assumir muitas vezes (no período moderno) um caráter de arbitragem com outras classes e seus inimigos políticos.

Gramsci formula que no mundo moderno os partidos se dividiram, seja em partidos ‘’independentes’’ ou em setores que operam a vontade coletiva desse mesmo partido em outras formas; isto é, as ideias e a expressão de determinado partido se expressam fora dele e muitas vezes são reconhecidas como força dirigente pelo público. Como exemplo, o autor cita o jornal Times na Inglaterra e o Corriere dela Sera na Itália, que seriam formadores de opinião a serviço da classe dominante. O partido, portanto, se constitui como caráter universalizante e político, o que se constituiria na sua vanguarda organizada, expressa de maneira agora nacional e intelectual.[19]

---

[17] SIMIONATTO, Ivete**.** Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social. 3. ed. - Florianópolis : Ed. da UFSC ; São Paulo: Cortez Editora, ano 2004, pág 40.
[18] GRAMSCI, Antonio**.** Maquiavel, a política e o Estado moderno. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, ano 1976, pág. 6.
[19] COUTINHO, Carlos Nelson**.** Fontes do pensamento político: Gramsci. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Instituto de Relações Internacionais, 2005, pág. 119.

Gramsci parte então da ampliação total da noção de indivíduo intelectual para sua organização consciente partidária enquanto representante de classe. Ele estabeleceu muitos dos seus conceitos numa clara intenção a orientar a mudança estrutural, como uma forma de superação do capitalismo pela via da implementação revolucionária para o socialismo. Esse caráter se mistura com suas críticas ao sistema vigente, representando uma interpretação que não basta tão somente analisar ou tornar evidente as contradições do capitalismo e das elites. Veblen, por outro lado, adota um tom também crítico ao capitalismo e à sociedade de sua época, mas não emprega uma teoria com um viés militante, um chamado à ação e à mudança ou a elaboração de um partido revolucionário para conquistar o poder, o que não diminui também sua obra e suas formulações, e mesmo assim, converge em muitos aspectos. Ele advém de uma outra corrente de pensamento, mas com aproximações analíticas muito significativas com o marxismo gramsciano, como veremos a seguir.

Thorstein Veblen e o velho institucionalismo americano: Hábitos e crítica a interpretação neoclássica

Thorstein Veblen foi um economista, sociólogo e professor estadunidense, formado em Filosofia e filho de imigrantes noruegueses. Lecionou nas universidades de Chicago, Stanford e Missouri, sofrendo com muitas críticas e uma conturbada vida pessoal. Considerado por Hunt, talvez ‘’o teórico social mais importante, mais original e mais profundo da história norte-americana’’[20], Veblen foi o principal formulador do que viria a ser cunhado de Economia Institucional por Walton Hamilton em seu artigo de 1919. Ao final do século XIX, o evolucionismo associado a Charles Darwin estava muito em voga e sua influência se expandia para outras áreas do conhecimento. Veblen adotou uma linha pós-darwiniana, com influências da filosofia pragmatista de Charles Sanders Peirce e da psicologia comportamental de William James, trazendo uma forte influência da teoria e da metodologia Darwiniana. Ele entendia a sociedade como um organismo complexo, sempre se adaptando ou deixando de se adaptar a novas circunstâncias. Isso resultaria numa semelhança da vida dos homens com a vida de outras espécies, sendo a primeira também uma luta pela existência, num processo cumulativo de seleção adaptativa, ou na expressão darwiniana, uma seleção natural das instituições. Logo, Veblen compreendia que a história dos homens era a

[20] HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, Mark. *História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica*. 3. ed. Tradução de André Arruda Villela. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

história das instituições sociais.[21] Este processo não é algo imutável ou rígido, as mudanças (sejam elas acontecimentos específicos ou de forma gradual) ocorrem nas instituições e trazem novas correlações e necessidades de adaptação, pressionando o sistema vigente e exigindo novas atitudes e ações. Em todo sistema social há uma tensão entre ruptura e regularidade, e mesmo instituições que tem uma longa permanência no processo histórico e comportamentos rotinizados dos agentes, estão sujeitas a mudanças abruptas.[22]

Veblen via nos hábitos dos indivíduos uma ferramenta de análise fundamental para compreendermos o funcionamento da sociedade. Estes hábitos individuais estabelecem padrões de comportamento, conduta, rotinas, etc. Colocados de maneira coletiva, formam hábitos compartilhados e estabelecem as instituições. Os hábitos não correspondem ao comportamento em si do sujeito, mas sim à algumas propensões ou disposições. Funcionam em sua grande maioria de forma inconsciente, reverberando e pressionando as nossas ações. De acordo com Hodgson:

> Habits are submerged repertoires of potential behaviour; they can be triggered or reinforced by an appropriate stimulus or context. The meaning of habit adopted by Veblen, the pragmatist philosophers and instinct psychologists was of an acquired proclivity or capacity, which may or may not be actually expressed in current behaviour. Repeated behaviour is important in establishing a habit. But if we acquire a habit we do not necessarily use it all the time. It is a propensity to behave in a particular way in a particular class of situations.[23]

Haviam para Veblen padrões de conduta observáveis de forma comum à toda História humana, se expressando de diferentes formas, em maior ou menor grau, a depender das instituições sociais estabelecidas, que poderiam favorecer ou suprimir hábitos. Para ele, esses comportamentos potenciais seriam os instintos, que podemos elencar os principais em quatro categorias: I) Chamado de ‘’workmanship’’, que seria o chamado instinto de artesanato ou de trabalho eficaz, seria uma propensão a produção eficaz e uma repulsa ao esforço fútil; II) O segundo seria o ‘’parental bent’’, o instinto familiar do ser humano em se preocupar com o bem-estar de sua família; III) ‘’idle curiosity’’ é o instinto da curiosidade vã, algo que leva o indivíduo a interpretar o mundo de forma mais coerente, buscando e dando valor ao conhecimento de maneira instintiva; IV) Por fim, o instinto ‘’predatory’’ seria a disposição que os indivíduos teriam de valorizar a proeza em contraste

---

[21] HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, Mark. *História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica*. 3. ed. Tradução de André Arruda Villela. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
[22] CONCEIÇÃO, Octavio A. C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 123, jul./dez. 2002.
[23] HODGSON, Geoffrey M. Reclaiming habit for institutional economics. *Journal of Economic Psychology*, v. 25, n. 5, p. 652, 2004. DOI: https://doi.org/10.1016/j.joep.2003.03.001.

do trabalho rotineiro, após garantirem condições de subsistência.[24] Todavia, é importante compreendermos que mesmo aplicando o termo instinto e reconhecendo como algo comum a todas sociedades existentes, Veblen não compactuava com a noção de algo dado pela natureza humana e imutável, mas sim partilhava do processo de ‘’causação’’, característico da concepção evolucionária.[25]

Parte importante da teoria de Veblen era sua contundente crítica ao neoclassicismo e ao capitalismo. Para ele, a teoria neoclássica tinha uma compreensão a-histórica, relegando ao indivíduo explicações como comportamento racional, egoísta e maximizador, e compreendendo de maneira muito simples a natureza humana e as instituições sociais.[26] O institucionalismo evolucionário de Veblen rejeitava uma visão teleológica da sociedade e do indivíduo, discordando de noções comumente aceitas pela ortodoxia como equilíbrio e concorrência perfeita, concepções estas que não comportam instituições e indivíduos de forma mais complexa e diversa, considerando hábitos e o aspecto social na análise econômica, preferindo muitas vezes elaborar esquemas dedutivos que ignoram o processo histórico e a mudança cumulativa. A lógica utilitarista de maximização da utilidade não fazia sentido de acordo com a análise vebleniana, justamente por se tratar de uma perspectiva fatalista, teleológica; posta de forma abstrata e reducionista, muitas vezes reduzindo a ciência econômica a meros dados estatísticos e indivíduos sem comportamentos, gostos e uma previsibilidade inata.

Em uma de suas obras mais importantes, escrita e publicada ainda no final do século XIX, chamada ‘’Why is Economics not an Evolutionary Science’’, Veblen critica a economia ortodoxa por suas características animistas, taxonômicas e hedonistas. Veblen utilizou o termo animismo para se referir a economia neoclássica devido à tendência que esta apresenta em atribuir propósitos espirituais, teleológicos ou morais a fenômenos econômicos. Para ele, a economia havia se tornado uma ciência focada em classificações, uma ‘’taxonomy for taxonomy’s sake’’.[27] Veblen faz uma analogia do trabalho exercido nas ciências naturais pelos taxonomistas, que ainda detinham um importante papel regulatório e de construção de sistemas, mas ao invés da economia, cientistas da área começaram a questionar e direcionar suas investigações para a estrutura e hábitos de vida. Uma

---

[24] MONASTERIO, L. M. *A Economia institucional-evolucionária de Thorstein Veblen*. 1995. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995. *Apud* GARCIA, E. P. *As raízes (veblenianas) dos hábitos (institucionalizados) dos brasileiros*. 2016. TCC (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016, p. 12.

[25] CONCEIÇÃO, Octavio A. C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 123, jul./dez. 2002.

[26] HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, Mark. *História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica*. 3. ed. Tradução de André Arruda Villela. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013..

[27] VEBLEN, Thorstein. Why is economics not an evolutionary science? *The Quarterly Journal of Economics*, Oxford, v. 12, n. 4, p. 373-397, jul. 1898. DOI: disponível em: https://www.jstor.org/stable/1882952. Acesso em: 28 ago. 2025

das passagens mais famosas e polêmicas de Veblen, é quando ele apresenta sua crítica sobre como a ortodoxia detinha uma visão hedonista sobre o homem, nas palavras dele: ‘’The hedonistic conception of man is that of a lightning calculator of pleasures and pains who oscillates like a homogeneous globule of desire of happiness under the impulse of stimuli that shift him about the area, but leave him intact. He has neither antecedent nor consequent.’’[28]

Veblen sustentou que a produção é inerentemente um fenômeno social e cultural, e que não poderia ser compreendida como um simples resultado da ação de um indivíduo isolado ou de um mero fator da produção. Trata-se portanto de um processo social onde os seres humanos compartilham conhecimentos, experiências, rotinas e hábitos, os transmitindo entre gerações e cooperando de forma coletiva para transformar a natureza, adaptando-a às necessidades e aos propósitos humanos.[29] Thorstein Veblen avançou ainda mais, fazendo uma análise das elites, da cultura e dos hábitos que perpetuaram e que mantém sua dominância em relação as classes subalternas.

A emulação a classe ociosa

Na obra A Teoria da Classe Ociosa (1899), Veblen tece uma análise da formação das elites e dos hábitos que perpetuam a dominação de classes e a desigualdade. O cerne de sua teoria reside na ideia de que a busca pelo prestígio social, herdada de estágios culturais primitivos, se manifesta nas sociedades industriais modernas através de dois mecanismos principais: o ócio conspícuo e o consumo conspícuo. Para melhor entendimento destes conceitos, é fundamental compreendermos a trajetória evolutiva da cultura como proposto por Veblen.

Veblen identifica cinco etapas na evolução cultural da humanidade, cada uma marcada por uma forma distinta de organização social e econômica. O estágio inicial, por ele denominado de cultura selvagem, é caracterizado por pequenos grupos pacíficos e sedentários, onde não existe propriedade privada, nem uma divisão de trabalho acentuada ou uma classe ociosa. A emulação entre os membros do grupo se dá através da colaboração e do serviço industrial, sendo a competição economicamente ainda fraca. O segundo estágio, a cultura bárbara primitiva e quase pacífica, marca o surgimento simultâneo da propriedade e da classe ociosa. A propriedade inicia com a apropriação

[28] VEBLEN, Thorstein. Why is economics not an evolutionary science? *The Quarterly Journal of Economics*, Oxford, v. 12, n. 4, p. 373-397, jul. 1898. DOI: disponível em: https://www.jstor.org/stable/1882952. Acesso em: 28 ago. 2025
[29] HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, Mark. *História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica*. 3. ed. Tradução de André Arruda Villela. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

violenta de mulheres de grupos inimigos, usadas como troféus, levando a uma forma de ‘’casamento-propriedade’’ e a uma incipiente divisão de classes entre homens, que se ocupam da caça e da guerra, e mulheres encarregadas de trabalhos monótonos e rotineiros. A base da honorabilidade nesta fase é a agressão.[30]

Na cultura bárbara intermediária e pacífica, a propriedade se alarga para incluir outros cativos e dependentes, consolidando uma divisão social entre uma classe superior masculina, dedicada a ocupações predatórias e governamentais, e uma classe inferior composta por escravos, dependentes e mulheres, relegada para trabalhos produtivos considerados vis e indignos. A honra assenta na proeza e na eficiência predatória. O quarto estágio, a cultura bárbara avançada ou feudal, representa a plena instituição da classe ociosa, formada por nobres, sacerdotes e seus agregados. A propriedade então se estende dos seres humanos aos produtos do seu trabalho e o ócio se torna a base convencional da honra e a expressão econômica de superioridade. As atividades que são consideradas honoríficas são as não industriais, como governo, guerra, religião e esporte, enquanto o trabalho industrial é desprezado como odioso e servil. No quinto estágio, na sociedade industrial moderna, a propriedade já há muito se desligou da mera subsistência e se tornou uma instituição central para a aquisição de status. Para Veblen ‘’o motivo que está na base da propriedade é a emulação.’’ Assim sendo:

> A propriedade surgiu e se tornou uma instituição humana sem relação com o mínimo de subsistência. O incentivo dominante desde o início foi a distinção odiosa ligada à riqueza; exceto temporária e excepcionalmente, nenhum outro motivo se lhe sobrepôs em qualquer estágio posterior de desenvolvimento.[31]

De maneira mais sucinta, a classe ociosa é constituída pelos detentores de riqueza e a classe trabalhadora pelos pobres. A base consuetudinária do decoro, da honra e da reputação social se desloca da proeza guerreira para a posse e acumulação de bens materiais e a emulação se transforma numa luta pela riqueza na sociedade industrial moderna, onde a propriedade de bens funciona como um troféu, a prova mais evidente de realização e posição social elevada.[32]

O ócio conspícuo demonstra visível e intencionalmente de que quem o pratica, está isento de qualquer trabalho produtivo ou útil. Um membro da classe ociosa não precisa passar todo o seu

---

[30] GARCIA, Elisa Padilha. *As raízes (veblenianas) dos hábitos (institucionalizados) dos brasileiros*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016, p. 18-19.

[31] VEBLEN, Thosrtein. *A Teoria da Classe Ociosa: um estudo econômico das instituições*. Tradução de Olivia Krahenbuhl; apresentação de Maria Hermínia Tavares de Almeida. - São Paulo: Abril Cultural, 1983, pág. 17. (Os economistas).

[32] GARCIA, Elisa Padilha. *As raízes (veblenianas) dos hábitos (institucionalizados) dos brasileiros*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016, p. 19-20.

tempo à vista do público sem estar realizando nenhuma atividade, em vez disso, emprega meios indiretos para provar que o seu tempo é gasto de forma ociosa e honorífica. Isto inclui a exibição de criados domésticos, cuja única função é demonstrar a capacidade do seu senhor para sustentar e servi-lo, um fenômeno que Veblen designa por ócio vicário. Outras atividades também incluem a exibição de talentos eruditos ou artísticos, o conhecimento de línguas mortas, de ciências ocultas, de regras complexas de etiqueta, de moda, de jogos e de esportes. A rigorosa observância de códigos de etiqueta e decoro é particularmente eficaz, pois exige tempo, esforço e dinheiro, estando portanto fora do alcance de quem tem de trabalhar para viver. Esta busca pelo ócio conspícuo é um processo constante de esnobismo e requinte, onde a etiqueta e as boas maneiras funcionam como sinais úteis de ‘’bom nascimento’’ e que demandam tempo livre para poder aprender estes costumes.[33] A relação de status inerente a estas práticas revela um poder ‘’coercitivo’’, onde a classe ociosa superior dita as normas de comportamento que as classes inferiores emulam.

Paralelamente ao ócio conspícuo, opera o consumo conspícuo. Se o ócio conspícuo prova que não se precisa trabalhar, o consumo conspícuo prova que se tem riqueza para gastar de forma visível e supérflua. É a forma predominante de uma emulação pecuniária numa sociedade industrial. O padrão de vida não é governado pelas necessidades de subsistência e sim ditado por gastos supérfluos, motivados pelo impulso da competição e pela comparação invejosa. Cada classe social luta por superar a que lhe é imediatamente inferior na hierarquia, num ciclo interminável de aquisição e exibição. A norma que rege o consumo não é a utilidade ou o conforto, mas a exigência de ostentação. O consumo é assim motivado pelo desejo de estar em conformidade com os hábitos consagrados pela comunidade e de escapar ao desprezo social. Sob esta lei seletiva, é estabelecido um código de conduta estética que inconscientemente confunde a beleza com a onerosidade e o desperdício. Um artigo é considerado belo não pelo seu valor de uso, mas por ser caro e transmitir uma imagem de riqueza. A moda, particularmente no vestuário, é o exemplo mais claro, pois serve para sinalizar que o seu usuário pode gastar livremente e não se dedica ao trabalho produtivo. Roupas elegantes, novas e por vezes incômodas, como saltos altos ou corpetes no caso das mulheres, são eficazes precisamente porque sugerem incapacidade para o trabalho manual.

[33] VEBLEN, Thosrtein. *A Teoria da Classe Ociosa: um estudo econômico das instituições*. Tradução de Olivia Krahenbuhl; apresentação de Maria Hermínia Tavares de Almeida. - São Paulo: Abril Cultural, 1983, pág. 25 - 26. (Os economistas).

Instituições e mecanismos de dominação

As instituições são produtos de processos passados adaptadas a circunstâncias históricas anteriores e por isso nunca estariam em pleno acordo com as exigências do presente. Veblen argumenta que a classe ociosa é primordial e fundamentalmente conservadora e por estar isenta das pressões econômicas imediatas que forçam a adaptação, tende a resistir à mudança e a retardar o desenvolvimento social, funcionando como um obstáculo ao progresso. O seu papel na evolução social ‘’consiste em retardar o movimento e conservar o que é obsoleto.”[34] E é através do exemplo, instituições arcaicas e da imposição de um padrão de respeitabilidade pecuniária, que esta classe perpetua sua dominação social, política e econômica. Se em Gramsci vemos a relação intrínseca do consenso e da coerção no estabelecimento de uma direção moral e intelectual pela classe que detém a hegemonia, Veblen assinala o caráter de uma regra normativa de conduta da classe conservadora que cumpre essa função:

> O fato de os usos, ações e ideias da abastada classe ociosa adquirirem o caráter de uma regra normativa de conduta para o resto da sociedade, acrescenta peso e extensão à influência conservadora daquela classe, obrigando todas as pessoas respeitáveis a seguirem seu exemplo. De modo que, mercê da sua posição de avatar da boa forma, vem a classe rica a exercer uma influência retardadora no desenvolvimento social - influência excessivamente maior do que se poderia atribuir à simples força numérica da classe. Seu exemplo normativo age no sentido de enrijar grandemente a resistência das demais classes contra a inovação, e fixar a estima dos homens pelas boas instituições que lhes forem legadas por uma geração anterior.[35]

A análise das formulações dos autores mostra que apesar de diferenças metodológicas e correntes de pensamento distintas, ambos compartilham de preocupações analíticas convergentes acerca da noção de dominação social no capitalismo. A aproximação entre as teorias fica mais evidente quando observamos seus conceitos centrais não de maneira isolada, mas como parte de escopos teóricos que abrangem formulações e definições convergentes Se em Gramsci a dominação das classes dirigentes se sustenta por meio da hegemonia entendida como direção moral e intelectual capaz de produzir consenso social, em Veblen a ordem social é proveniente da institucionalização de hábitos e padrões que orientam o comportamento individual e coletivo

---

[34] VEBLEN, Thosrtein. *A Teoria da Classe Ociosa: um estudo econômico das instituições*. Tradução de Olivia Krahenbuhl; apresentação de Maria Hermínia Tavares de Almeida. - São Paulo: Abril Cultural, 1983, pág. 91. (Os economistas).

[35] VEBLEN, Thosrtein. *A Teoria da Classe Ociosa: um estudo econômico das instituições*. Tradução de Olivia Krahenbuhl; apresentação de Maria Hermínia Tavares de Almeida. - São Paulo: Abril Cultural, 1983, pág. 92. (Os economistas).

através da emulação social. Em ambos casos, a permanência de hierarquias sociais depende menos da coerção direta e mais da internalização de valores socialmente legitimados.

Os aparelhos privados de hegemonia descritos por Gramsci encontram também um paralelo nas instituições sociais veblenianas, responsáveis por moldar hábitos e comportamentos. Enquanto o primeiro enfatiza a produção consciente de direção cultural pelas classes dominantes, o segundo evidencia um processo cumulativo e evolucionário no qual padrões de prestígio e distinção social se tornam normas coletivas. Ambas teorias convergem ao explicar como estas conexões de dominação, prestígio e consenso entre classes reproduzem a ordem social. Em Gramsci, o consenso resulta da imposição e aceitação de uma concepção de mundo dominante e em Veblen, a imitação dos padrões da classe ociosa leva a reprodução dos valores.

Dessa forma, ambos os autores deslocam a análise da dominação para além de um determinismo econômico, enfatizando aspectos como cultura, instituições e práticas sociais como dimensões centrais da reprodução do capitalismo. A convergência teórica reside precisamente na compreensão de que o poder sobre a sociedade se constrói quando se transforma em hábito, norma ou consenso.

A análise entre Gramsci e Veblen evidencia que tradições teóricas diferentes podem convergir no estudo de mecanismos culturais, institucionais e de poder no sistema capitalista. O diálogo entre ambas demonstra que classes e indivíduos não resultam apenas da estrutura econômica, mas também de formação de hábitos, valores e concepções de mundo que tornam hierarquias e a dominação social socialmente aceitável e culturalmente reproduzida.

Dimensão analítica	**Antonio Gramsci**	**Thorstein Veblen**	**Convergência teórica**
Conceitos chave	Hegemonia	Instituições, hábitos e emulação	Dominação social internalizada
Mecanismo de dominação	Consenso e coerção	Emulação social e hábitos	Internalização de ordem social
Aspecto cultural	Direção moral e intelectual	Formação de padrões de prestígio	Cultura como instrumento de poder
Instituições sociais	Aparelhos privados de hegemonia	Instituições sociais evolucionárias	Ferramentas de mediação e controle entre indivíduo, classes e sociedade
Papel das elites	Classe dirigente constrói hegemonia	Classe ociosa estabelece padrões, ócio e consumo conspícuo	Liderança das elites

Rejeição a determinismo	Crítica a noção estrutura-superestrutura	Crítica a teoria do valor-trabalho e visões teleológicas	Indivíduo como um agente ativo
Mudança social	Luta pela hegemonia	Evolução institucional	Transformação histórica não é pré-determinada

Considerações finais

A análise das formulações teóricas de Antonio Gramsci e Thorstein Veblen permite identificar elementos que convergem na interpretação de mecanismos de dominação existentes no capitalismo e na sociedade, mesmo que os autores sejam de distintas matrizes intelectuais. Enquanto Gramsci está inserido no campo marxista e fundamenta parte de sua reflexão na dialética marxiana de estrutura e superestrutura, com um forte viés de superação do capitalismo através de propostas de ação organizada, Veblen parte do institucionalismo evolucionário para compreender a dinâmica social a partir dos hábitos, das instituições e do comportamento culturalmente moldado. Entretanto, em ambos os casos a dominação capitalista é concebida como um processo que não se resume tão somente a coerção econômica e política, embora sejam também fundamentais, mas depende fundamentalmente da absorção de valores e da construção de um consenso social que legitima a ordem vigente e a supremacia das classes mais abastadas.

Gramsci sustenta que a hegemonia se constitui como uma forma de direção intelectual e moral que antecede e mantém o exercício da dominação, articulando coerção e consenso por meio do que ele chama de aparelhos privados da hegemonia, responsáveis pela produção e difusão dos valores da classe dominante. Veblen demonstra que a classe ociosa consolida sua supremacia mediante padrões culturais de prestígio, consumo e distinção social, que são incorporados pelas classes subalternas através da emulação e da reprodução de hábitos institucionalizados. Assim como

na hegemonia gramsciana, a crítica vebleniana acentua que a perpetuação das desigualdades e da hierarquia social depende desta internalização social de valores e comportamentos que favorecem as elites.

Embora utilizem terminologias e referências muitas vezes distintas, ambos os autores ressaltam o papel central das instituições, sejam elas culturais, educacionais, religiosas, econômicas ou um conjunto de hábitos culturalmente estabelecidos, na legitimação e naturalização das relações de poder dentro da sociedade. A hegemonia em Gramsci e os hábitos, instituições e a emulação à classe ociosa em Veblen convergem, portanto, na compreensão de que a construção e manutenção do poder das elites, reside na capacidade das mesmas em moldar percepções, crenças e hábitos sociais. Essa aproximação de interpretações abre um espaço para um diálogo e uma análise mais aprofundada entre o marxismo gramsciano e o institucionalismo evolucionário, apontando também para a importância de um olhar interdisciplinar sobre as formas contemporâneas de dominação, onde cultura, poder, instituições e hábitos se entrelaçam intrinsecamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AVILA, Róber Iturriet. As relações de causalidade estrutura-sujeito em Veblen e em Marx: perspectivas inconciliáveis? 2013. Tese (Doutorado em Economia) — Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013**.**

CONCEIÇÃO, Octavio Augusto Camargo. Thorstein Veblen's political economy and its implications for institutional economics. *Brazilian Journal of Political Economy (Revista de Economia Política)*, São Paulo, v. 46, n. 1, 2026. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/bjpe/article/view/97529/90696**.**

CONCEIÇÃO, Octavio A. C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, jul./dez. 2002.

COUTINHO, Carlos Nelson. Fontes do pensamento político: Gramsci. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Instituto de Relações Internacionais, 2005.

GARCIA, Elisa Padilha. As raízes (veblenianas) dos hábitos (institucionalizados) dos brasileiros. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

GRAMSCI, Antonio. A questão meridional. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1987**.**

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. v. 1. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. v. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o Estado moderno. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, ano 1976.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a Organização da Cultura. 4. ed. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.

GRUPPI, Luciano. O conceito de hegemonia em Gramsci. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

HANAPPI, Hardy; HANAPPI-EGGER, Edeltraud. *Gramsci meets Veblen: on the search for a new revolutionary class. Journal of Economic Issues*, v. 47, n. 2, p. 487-495, jun. 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/274542985. Acesso em: 21 dez. 2025.

HODGSON, Geoffrey M. Reclaiming habit for institutional economics. *Journal of Economic Psychology*, v. 25, n. 5, 2004.

HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, Mark. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MONASTERIO, Leonardo M. A economia institucional-evolucionária de Thorstein Veblen. 1995. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

RAMOS, Leonardo César Souza. A sociedade civil em tempos de globalização: uma perspectiva neogramsciana. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Instituto de Relações Internacionais, 2005.

SIMIONATTO, Ivete. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social. 3. ed. - Florianópolis : Ed. da UFSC ; São Paulo: Cortez Editora, ano 2004.

VEBLEN, Thorstein. A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições. Tradução de Olivia Krahenbuhl. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VEBLEN, Thorstein. Why is economics not an evolutionary science? *The Quarterly Journal of Economics*, v. 12, n. 4, 1898.